

## **ORDEM DE TRABALHOS**

### **1 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA**

1.1– Aprovação da acta da reunião ordinária do dia 2009/03/11.

1.2 – Informação da Divisão Administrativa, relativa à abertura de novo concurso para atribuição das lojas n.º6 e Câmaras Frigoríficas do Mercado Municipal de Alijó, bem como as condições de atribuição das mesmas

### **2 – DIVISÃO FINANCEIRA**

2.1- Resumo do diário de Tesouraria referente ao dia 2009/03/24.

2.2 – Informação do Chefe de Divisão Financeira, Dr. Luís Filipe Maneta Carvalho, sancionada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 10 de Março de 2009, apresentando uma relação dos encargos assumidos e não pagos à data de 30 de Dezembro de 2008.



**REUNIÕES ORDINÁRIAS DOS DIAS 25 DE FEVEREIRO E 11 DE MARÇO, QUE SE TRANSCREVE:**

“Em resposta aos requerimentos dos Srs. Vereadores eleitos pelo PSD, apresentados em 25 de Fevereiro e 11 de Março de 2009, informa-se que as avaliações dos desempenhos ocorridos no período compreendido entre 01/01/2004 e 31/12/2005 constam dos processos individuais de cada funcionário. Relativamente aos anos 2006 e 2007, atendendo a que não foi aplicado o SIADAP – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, as avaliações estão a ser convertidas, nos termos do disposto no artigo 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

As avaliações dos desempenhos referentes ao ano de 2008 regeram-se pelo disposto no SIADAP, cujo processo se encontra concluído, estando a Secção de Recursos Humanos a elaborar as notificações das mesmas aos respectivos funcionários.”

**DE SEGUIDA, OS SRS. VEREADORES ELEITOS PELO P.S.D ENTREGARAM UM REQUERIMENTO E UMA PROPOSTA QUE SE PASSAM A TRANSCREVER:**

1- “Nos termos do art. 4.º da Lei n.º 24/98, de 26/05, “os titulares do direito de oposição, têm o direito de ser informados ... sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público”, relacionados com a actividade dos órgãos executivos.

Compete ao Presidente da Câmara, “promover o cumprimento do Estatuto de Oposição”, como decorre do art. 68.º n.º 1, al. x), da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.

A empreitada de beneficiação da estrada entre Casal de Loivos e Pinhão foi adjudicada ao respectivo empreiteiro, por decisão deste Executivo, tomada em 05 de Março de 2008.

Porém, decorrido um ano as obras estão ainda muito atrasadas.

Esta situação, para além dos enormes incómodos que causa aos automobilistas que utilizam esta estrada, põe ainda seriamente em causa a segurança rodoviária, numa via já de si muito perigosa, devido à sua sinuosidade.

Assim, pergunta-se ao Presidente da Câmara qual a razão de a empreitada em questão se encontrar tão atrasada?

Recomenda-se ainda a maior celeridade na conclusão das obras, na salvaguarda da necessária segurança rodoviária.”

2- “O actual contexto económico e financeiro que se vive à escala global, com evidentes reflexos nacionais, exige uma grande atenção por parte dos poderes públicos, em ordem a serem implementadas medidas de apoio às empresas e às famílias.

Esse esforço é, conseqüentemente, exigido às autarquias locais, sendo certo que estas podem ajudar de forma mais eficaz as populações, em função da sua maior proximidade.

A crise económica e financeira mundial, veio agravar as debilidades já existentes na economia nacional e nas economias locais, o que é reconhecido pela generalidade dos analistas.

Esta crise económica rapidamente poderá resvalar para uma grave crise social de contornos imprevistos, assumindo-se como prioridade indiscutível de todas as entidades públicas, e também das autarquias locais, o combate ao desemprego e à exclusão social.

Aliás, os dados esta semana divulgados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, relativos ao mês de Fevereiro de 2009, mostram que no Município de Alijó o n.º de desempregados tem vindo a aumentar, existindo um total de 624 pessoas inscritas no Centro de Emprego.

Se multiplicarmos estas 624 pessoas pela média dos agregados familiares, constatamos que cerca de um quinto da população do concelho é afectada pelo flagelo do desemprego. A que acrescem os desempregados não inscritos e as situações crescentes da chamada “pobreza envergonhada”.

Assim, depois dos planos nacionais para combater a crise, devem agora as autarquias complementar esse esforço, sendo que combater a crise é agir no imediato com consequências imediatas.

Impõe-se, portanto, a tomada de um conjunto de medidas excepcionais, com reflexos imediatos nos orçamentos familiares.

Lamentavelmente, o Executivo Permanente desperdiçou os instrumentos de natureza fiscal ao seu dispor, ignorando as nossas propostas apresentadas em tempo, em sede de impostos municipais e IRS e que ajudariam as empresas e os munícipes, desagravando-se a sua carga fiscal.

Do mesmo modo, o Executivo Permanente ignorou o recente Programa Extraordinário de Pagamento de Dívidas do Estado, o qual permitiria o pagamento de muitas das dívidas existentes a fornecedores e empreiteiros, contribuindo-se assim para a retoma económica.

Não obstante e seguindo os bons exemplos que existem no país, no que respeita à adopção de medidas de combate à crise social e económica, bem como respeitando as muitas limitações orçamentais deste Município, os Vereadores eleitos pelo PSD, propõem que o executivo camarário delibere, no âmbito de um reforço do apoio social:

- A) A gratuitidade das refeições escolares para todas as crianças das escolas EB 1 do concelho, assim se estendendo a situação já existente no ensino pré-escolar;
- B) Congelamento das rendas nos Conjuntos Habitacionais geridos pelo Município;
- C) Isenção de pagamento do valor das taxas devidas no licenciamento das operações urbanísticas relativas a obras de reconstrução e reabilitação de edifícios, bem como isenção no valor das taxas devidas para a construção de habitação própria, financiada com recurso a “crédito bancário à habitação”, para jovens com idade não superior a 35 anos.

Estas medidas terão, necessariamente, um carácter excepcional, vigorando enquanto se verificarem os pressupostos que conduziram à sua aplicação.”

***Sobre os quais foi tomada a seguinte deliberação: Deliberado tomar conhecimento.***

## 1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Aprovação da acta da reunião ordinária do dia 2009/03/11.

**Deliberação: Deliberado aprovar por unanimidade.**

### ««DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA««

Presente uma informação da Divisão Administrativa, relativa à abertura de novo concurso para atribuição das lojas n.º6 e Câmaras Frigoríficas do Mercado Municipal de Alijó, bem como as condições de atribuição das mesmas, que se dispensa de transcrição na acta pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

**Deliberação: Deliberado por unanimidade concordar com a informação.**

## 2. DIVISÃO FINANCEIRA

Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2009-03-24 apresentando um total de disponibilidades de € 734.712,79 sendo € 326.561,45 de dotações orçamentais e € 408.151,34 de dotações não orçamentais.

**Deliberação: Deliberado tomar conhecimento.**

Presente uma informação do Chefe de Divisão Financeira, Dr. Luís Filipe Maneta Carvalho, sancionada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 10 de Março de 2009,

apresentando uma relação dos encargos assumidos e não pagos à data de 30 de Dezembro de 2008, que se dispensa de transcrição na acta pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

**Deliberação: Deliberado tomar conhecimento.**

### 3. DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANISTICO

Presente o processo n.º 169-LO/08, pertencente a Dourogás, com sede na Rua 31 de Agosto, 12, Vila Real, pedindo autorização para a realização da execução da rede de distribuição de combustíveis gasosos para abastecimento de gás.

Contém Informação da Divisão de Planeamento Urbanístico, que se dispensa de transcrição na acta pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

**Deliberação: Deliberado por unanimidade deferir o processo.**

Processo de obras n.º. 001 -D/09, pertencente a Manuel Adérito Figueira, solicitando o destaque de uma parcela de terreno, sito no Lugar da Trigueira, em Santa Eugénia.

Contém informação da Divisão de Planeamento Urbanístico, que se dispensa de transcrição na acta pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

**Deliberação: Deliberado por unanimidade certificar o destaque de 592,00 m<sup>2</sup>, dos 2.964,00m<sup>2</sup> que o prédio dispõe, tendo-se ausentado o Vereador Manuel Adérito Figueira, por se tratar de um assunto do seu interesse.**



**MAIS FOI DELIBERADO RETIRAR DA ORDEM DE TRABALHOS O SEGUINTE DOCUMENTO:**

Informação do Chefe da Divisão de Obras e Serviços Urbanos, apresentando a publicação dos índices que serviram de base de cálculo da Revisão de Preços da Empreitada da de Requalificação e Arrelvamento Sintético do Campo de Futebol – Alijó.

**APROVAÇÃO DA ACTA**

A Câmara deliberou em reunião do dia 2009-04-08 aprovar a presente acta, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei Nº. 5-A / 2002 de 11, de Janeiro, a qual vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Câmara e por mim, Chefe da Divisão Administrativa, que a elaborei e fiz dactilografar, seguidamente foi encerrada a reunião eram 16.00 horas.

O Presidente da Câmara

A Chefe da Divisão Administrativa